



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 469, de 03.04.2008, publicada no DOE de 04.04.2008

Srs. Licitantes,

Seguem informações prestadas pela Unidade de Informática (Prof. Hélio Santos) e do Pregoeiro Oficial em relação aos pedidos de esclarecimentos solicitados pelas empresas: **TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI** e **EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL** acerca das referente ao Pregão Presencial 017/2009 (**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA - Contratação de Serviços de Telecomunicações, em âmbito estadual, na forma de transmissão de dados, ponto a ponto**).

QUESTIONAMENTOS - TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI

QUESTIONAMENTO 1: DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

No item XII-4 do edital temos:

- c) demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo indicado abaixo, concernente à data de apresentação das propostas, na forma da lei, admitida a sua atualização com base no INPC do IBGE, permitindo-se, na hipótese de licitação por lotes, a demonstração da qualificação individualizada para cada lote de interesse da proponente. Neste caso, ofertando a licitante proposta para mais de um lote, o patrimônio líquido exigido será a resultante da soma de tantos quantos forem os lotes ofertados.

() Total R\$ _____
(X) Por lote: Lote 1 R\$ 30.000,00 Lote 1 R\$ 2.000,00

Entendemos que o valor de R\$2.000,00 apresentado para o lote 1, foi equivocado devendo ser considerado apenas a informação de R\$30.000,00.

Nosso entendimento está correto?

R – TRATOU-SE APENAS DE ERRO MATERIAL NA DIGITAÇÃO DO EDITAL. O VALOR DE R\$2.000,00 CORRESPONDE AO VALOR MÍNIMO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGÍVEL PARA O LOTE 2 DO EDITAL.

QUESTIONAMENTO 2: Do PCT

Na parte “B” do edital temos a seguinte redação no item um:

A presente licitação tem por escopo a Contratação de Serviços de Telecomunicações, em âmbito estadual, na forma de transmissão de dados, ponto a ponto, entre locais designados, conforme especificações, quantitativos e condições descritos neste Termo de Referência e no Anexo I – Modelo de Propostas de Preços (Pedido de Cotação – PCT).

Entendemos que o tipo de licitação é de pregão presencial de menor preço por lote conforme o preâmbulo do edital e não Pedido de Cotação.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO.

QUESTIONAMENTO 3: DAS DETERMINAÇÕES ADICIONAIS

Na parte B no item 2, subitem 2.1, o edital veda a subcontratação:

2.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

Gostaríamos que fosse esclarecido o que se entende por subcontratação, pois isto pode inviabilizar a participação de qualquer empresa de telecom, pois é praxe de mercado terceirizar algumas atividades de suporte como a manutenção de campo que estão intrinsecamente associadas ao objeto.

Entendemos que a subcontratação proibida é aquela que prevê a possibilidade de outra empresa prestar e faturar parte do serviço.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO. FICANDO CLARO QUE A CONTRATADA RESPONDE PERANTE A CONTRATANTE PELA EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATADO E NÃO HÁ QUALQUER RELAÇÃO ENTRE A CONTRATANTE E A SUBCONTRATADA, DE MODO QUE, TAMBÉM, PELOS ATOS OU OMISSÕES DESTA, ELA É PLENAMENTE RESPONSÁVEL. A RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE É PLENA, LEGAL E CONTRATUAL.

QUESTIONAMENTO 4: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Verificamos que a solicitação para pagamento ou ordem bancário, item 10.1 da parte “B”, para o objeto deste certame não se aplica, visto é pratica de mercado utilizar a cobrança por fatura com código de barra com data de vencimento estipulada, de acordo o modelo aprovado pela Receita Federal.

10.1 Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra “a” do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela, o que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias.

Mesma redação se repete na minuta do contrato.

Deste modo entendemos que este a fatura com código de barras será aceita, como já acontece atualmente.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO. O DEPARTAMENTO FINANCEIRO POSSUI INSTRUMENTOS LEGAIS PARA AUTENTICAR AS FATURAS E EFETUAR O PAGAMENTO DAS MESMAS. TRATA-SE SOMENTE DO TEXTO DISPOSTO NA ÍNTREGA NA LEI ESTADUAL DE LICITAÇÕES.

QUESTIONAMENTO 5: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Ainda nas condições de pagamento no item 10.3, bem como na minuta do contrato temos:

10.3 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

Como o edital não trata de juros ou mora por inadimplência da contratante em tendemos que será considerado o seguinte:

- a) Multa moratória de 2 % (dois por cento);
- b) Juros de 1% ao mês;

Além disso, sugerimos que seja adotado o IGP-DI ao invés do INPC, pois o primeiro reflete melhor a variação de custos do setor de telecomunicações.

Nosso entendimento está correto?

R – APÓS CONTATO COM A PROCURADORIA JURÍDICA, FOMOS INFORMADOS QUE TAIS CLÁUSULAS NÃO SÃO PASSÍVEIS DE MODIFICAÇÃO.

QUESTIONAMENTO 6: DO FORNECIMENTO DA GBIC

O anexo I do edital prevê para o item 001 o seguinte: “Será de responsabilidade do provedor o fornecimento de um mini-GBIC SFP 1000BASE-LX ou –ZX ...”

Lembrando que a instalação de placas em equipamentos de terceiros gera implicações jurídicas (forma legal de fornecimento: comodato? Doação? Venda?) que devem ser esclarecidas, além de gerar conflitos de responsabilidade na manutenção. Desta forma, não é recomendável a opção de fornecimento de placa para ser instalada em equipamento da UFBA, caso seja este o entendimento.

Entendemos que podemos chegar no ambiente da UFBA com uma interface GBIC e conectá-la a placa GBIC de propriedade da UFBA, como temos realizado com circuitos de outras universidades que contrataram solução idêntica.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. SE FOR O CASO, A INSTITUIÇÃO PODERÁ ADQUIRIR A PLACA E EFETUAR A DOAÇÃO PARA A “RNP”.

QUESTIONAMENTO 7: DO CIRCUITO DETERMINÍSTICO

Ainda tratando do item 001, entendemos que apesar do projeto técnico solicitar circuito determinístico, a circuito UESB-UFBA pode ser atendido com rede Metro Ethernet, uma vez que outras universidades já utilizam esta mesma solução de forma satisfatória.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. APÓS REVISÃO DA UNIDADE DE INFORMÁTICA, PODERÁ SER UTILIZADO CIRCUITO ESTATÍSTICO (É O CASO DA METRO ETHERNET). TAL CORREÇÃO JÁ FOI PROCEDIDA NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

QUESTIONAMENTO 8: DO CIRCUITO DETERMINÍSTICO

Nos itens de 006 a 010 do Anexo I, entendemos que o que está sendo solicitado é acesso banda larga à Internet utilizando tecnologia XDSL.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO.

QUESTIONAMENTO 9: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Na minuta do contrato temos:

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;

Entendemos que esta parte foi mantida na minuta por equívoco, sendo mantida a redação do projeto técnico:

1.2. Requisitos Gerais Obrigatórios

- a) Prazo de instalação: O prazo máximo para ativação dos serviços não poderá ser superior a 40 (quarenta) dias corridos;

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO. A CLÁUSULA CONSTANTE NAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE TRATA-SE SOMENTE DE “PROFORMA” DE EDITAL INERENTE AOS ASPECTOS JURÍDICOS QUE DEVEM SER PROVIDENCIADOS PELA CONTRATANTE.

QUESTIONAMENTO 10: DO FORNECIMENTO DE VELOCIDADE SUPERIOR À SOLICITADA

Entendemos que não há problema de fornecimento de velocidade superior à solicitada para algum dos links caso esta haja alguma solução de velocidade superior que atenda os requisitos da UESB, desde que o valor cobrado seja o da velocidade solicitada.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO.

QUESTIONAMENTO 11: DO MEIO DE ACESSO

Apesar do edital não tratar do meio de acesso dos circuitos, entendemos que estes para o caso de utilização de rádio só com frequência registrada na Anatel para uso específico do contratante, ou seja não é permitido o uso de rádio de frequência aberta por não permitir a garantias solicitadas pelo presente certame.

Nosso entendimento está correto?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO.

QUESTIONAMENTO 1: DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

No item XII-4 alínea “a” do edital temos:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial.

Contudo, importante esclarecer que as demonstrações financeiras (incluindo-se o balanço patrimonial) relativos ao exercício do ano anterior, devem ser aprovadas anualmente em Assembleia Geral Ordinária, no período compreendido entre os quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, portanto, até o dia 30 de abril do ano seguinte, conforme determina o art. 132 da Lei das S/A (Lei 6.404/76).

“ Art. 132. Anualmente, **nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembleia-geral para:**

I – Tomar as contas dos administradores, **examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;**”

Após tal prazo, observadas as disposições contidas no §5º do artigo 134, e no art. 289 do referido diploma legal, é que poderão ser providenciadas pela empresa as demais exigências legais, tais como publicação da Ata da Assembleia citada e arquivo da mesma no registro do comércio, referente à aprovação dos citados documentos.

“Art. 134. Instalada a assembleia-geral, proceder-se-á, se requerida por qualquer acionista, à leitura dos documentos referidos no artigo 133 e do parecer do conselho fiscal, se houver, os quais serão submetidos pela mesa à discussão e votação.

...

§ 5º A ata da assembleia-geral ordinária será arquivada no registro do comércio e publicada.”

“Art. 289. As publicações ordenadas pela presente Lei serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situado a sede da companhia.

...

§ 5º Todas as publicações ordenadas nesta Lei deverão ser arquivadas no registro do comércio.”

O Código Civil no seu Art. 1.151, que trata do registro dos atos das Sociedades Empresariais, expõe em seu § 1º, que **os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da lavratura dos atos respectivos.**

A Lei 9.34/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, prevê em seu Art 36 que os documentos relativos às Sociedades Mercantis deverão ser apresentados a arquivamento na Junta Comercial, **dentro de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura**, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento; fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.

O Art. 33 do Decreto 1.800/96, que regulamentou a Lei 8.934/94, também estabelece o **prazo de 30 (trinta) dias para arquivamento dos atos na Junta Comercial.**

“Decreto 1800/96 - Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

CAPÍTULO II DA ORDEM DOS SERVIÇOS SEÇÃO I

Da Apresentação dos Atos a Arquivamento

Art. 32. O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins compreende:

II - o arquivamento:

- a) dos atos constitutivos, alterações e extinções de firmas mercantis individuais;***
- b) das declarações de microempresas e de empresas de pequeno porte;***
- c) dos atos constitutivos e das atas das sociedades anônimas, bem como os de sua dissolução e extinção;***

Art. 33. Os documentos referidos no inciso II do art. 32 deverão ser apresentados a arquivamento na Junta Comercial, mediante requerimento dirigido ao seu Presidente, dentro de trinta dias contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento.

Parágrafo único. Protocolados fora desse prazo, os efeitos a que se refere este artigo só se produzirão a partir da data do despacho que deferir o arquivamento.”

Sendo assim, considerando que ainda encontra-se em curso o prazo legal exigível para que a TELEMAR NORTE LESTE S/A - OI efetue o cumprimento das determinações legais relativas à documentação para sua qualificação econômico-financeira necessários à participação em certames (exercício findo em 31/12/08), vimos através deste solicitar que seja possibilitada a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2007, apresentados na forma da Lei e **legalmente ainda em vigor.**

Nossa solicitação será atendida?

R – SIM. O BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TERÃO VALIDADE ATÉ TRINTA DE ABRIL DO SEGUNDO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL AO QUE O MESMO SE REFERE.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL

1 - ANEXO I - Termo de Referência - Projeto Técnico:

Item 1.2 letra K) A porta de conexão com a rede local das unidades da UESB deverá ser sempre do padrão Fast- Ethernet com conectores RJ45.

Questionamento:

Considerando as especificações técnicas solicitadas neste item, entendemos que haverá entrega de interface Ethernet através de equipamento roteador fornecido pela contratada. Esta correto nosso entendimento ?

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO.

2 - Item 1.3 Qualidade de Serviços - Subitem 1.3.1.3

Para fins de aplicação de desconto e verificação de atendimento ao nível de serviço solicitado, será contabilizado como período de indisponibilidade o tempo que transcorrer entre o início da falha geradora da efetiva indisponibilidade, independentemente de comunicação da UESB à CONTRATADA, e o momento que o circuito for consensualmente dado como restaurado. Ambos os momentos serão estabelecidos de comum acordo entre as instâncias de gerenciamento de rede da UESB e da CONTRATADA, ao término de cada episódio de falha, ou em momento apropriado. Serão descartados, para essa finalidade, períodos de indisponibilidade inferiores a 5 minutos.

Questionamento:

Entendemos que para fins de avaliação de desconto e para que seja possível mensurar o tempo real de interrupção, solicitamos considerar como tempo inicial para contabilização do período de interrupção a partir da abertura de chamado através de um serviço 0800 que deverá ser disponibilizado pela contratada. Isto possibilitará avaliação justa e consensual entre as partes. O chamado permite o registro do histórico de interrupção facilitando inclusive a apresentação de eventuais relatórios.

R – SIM. O ENTENDIMENTO ESTÁ CORRETO. TAL CORREÇÃO JÁ FOI PROCEDIDA NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Vitória da Conquista, 16 de abril de 2009.



Allen Krysthiano Saraiva Figueiredo
Presidente COPEL / Pregoeiro Oficial